**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
FIRMADO ENTRE A CEASAMINAS E O
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA**

Procedimento de Origem: Procedimento Licitatório Pregão Presencial n.º 44/2018

Por este instrumento, em decorrência da Licitação por Pregão Presencial n.º 44/2018, CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASAMINAS, sob controle acionário da União, sediada às margens da BR 040, km 688, s/n.º, em Contagem/MG, CEP: 32145-900, CNPJ - 17.504.325/0001-04, representada pelos Diretores, infra-assinados, ora denominada **CEASAMINAS**, e o leiloeiro **JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA**, com endereço na Rua Major Manoel Antônio, nº 08, sala 101, Centro, Pará de Minas/MG, CEP 35660-010, CPF ***.132.226-**, na sequência denominado **CONTRATADO**, resolvem, para aquisição parcelada, dos serviços constantes neste Contrato e no Termo de Referência do Edital (Anexo I), com base nas Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02, nos Decretos n.ºs 3.555/00 e 7.892/13, e nas cláusulas e condições que se seguem.

A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios de teoria geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado na forma dos artigos 54 e 55 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação dos serviços de Leiloeiro Oficial, de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, para venda de bens de propriedade da CEASAMINAS, cujas características e valores serão estabelecidos pela CEASAMINAS.

1.2 – O serviço de leiloeiro será solicitado através de ordem de serviço a ser emitido pelo fiscal do contrato quantas vezes forem necessárias durante a vigência do contrato para atender as necessidades da Ceasaminas, conforme as especificações e quantitativos relacionados no Anexo I, do edital.

1.3 – Justifica-se a contratação dos serviços em razão de vendas dos bens inservíveis da Ceasaminas.

1.4 – O objeto da contratação enquadra-se na classificação de materiais/serviços comuns, nos termos do art. 1º, § único, da Lei n.º 10.520/2002 e art. 2º, § 1º, do Decreto n.º 5.450/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Sem prejuízo das disposições previstas em lei, constituem-se obrigações das partes:

2.1 – Caberá a CEASAMINAS:

2.1.1 – Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto;

2.2 - Receber o objeto do edital no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

2.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

2.4 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

2.5 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do(s) Fiscal(ais) do Contrato designado(s);

2.6 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos materiais/serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

2.7 - Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas; Aplicar as penalidades cabíveis e legais quando necessário;

2.8 - Aplicar as penalidades, quando cabíveis.

2.9 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2.10 – Caberá à Contratada:

2.10.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

2.10.1.1 - Substituir qualquer empregado por recomendação da CONTRATANTE que, comprovadamente causar embaraço à boa execução dos serviços contratados;

- 2.10.1.2 - Comparecer, sempre que solicitada, à sede da Fiscalização da CONTRATANTE, em horário por esta estabelecida, a fim de receber instruções e acertar providências;
- 2.10.1.3 - Obedecer obrigatoriamente às normas e especificações Técnicas constantes do Edital, Projetos, Plantas e seus Anexos, bem como respeitar rigorosamente as recomendações Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 2.11 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Fiscalização, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela Fiscalização nos serviços;
- 2.12 - Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 2.13 - Executar eventuais serviços não constantes do objeto, mas inerentes à natureza das obras contratadas, quando previamente aprovados pela CONTRATANTE;
- 2.14 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, inclusive no tocante aos seus empregados, dirigentes e prepostos;
- 2.15 - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 2.16 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos;
- 2.17 - Iniciar a execução dos serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço;
- 2.18 - Assumir o percentual existente na proposta comercial e assumir total responsabilidade para eventuais erros e omissões que nela venha ser encontrada;
- 2.19 - Emissão da nota fiscal de faturamento dos serviços, bem como assumir encargos e impostos.
- 2.20 - Seguir integralmente normas, procedimentos e regulamentações internas da CONTRATANTE, além das legislações municipal, estadual, federal e trabalhista aplicadas para a execução dos serviços.
- 2.21 - Todas as comunicações entre a Contratada e a CEASAMINAS devem ser feitas por escrito;
- 2.22 - A responsabilidade da Contratada é integral para o objeto do presente Contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro.
- 2.21 - A obra será suprida de todos os materiais e equipamentos necessários para garantir a segurança e higiene dos operários.

2.22 - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira.

2.23 - A Contratada será obrigada a atender todas as solicitações efetuadas durante a vigência deste Contrato, mesmo que o fornecimento deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento. O pedido poderá ser feito por memorando, ofício, telex, fac-símile ou e-mail, devendo dela constar: a data, a quantidade pretendida, o local para a entrega e o nome do responsável.

2.24 - Os serviços deverão ser fornecidos acompanhados da Nota Fiscal/Nota Fiscal Fatura.

2.25 – Deverá a Contratada observar também o seguinte:

2.25.1 – É expressamente proibida a contratação de empregado pertencente ao quadro pessoal da CEASAMINAS durante a vigência do Contrato;

2.25.2 – É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto desta licitação.

2.25.3 – A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias no decurso da execução do Contrato, sob pena de aplicação de multas e penalidades prevista em lei, tais como a rescisão do Contrato unilateralmente pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Não há a necessidade de Dotação Orçamentária, dado que a CEASAMINAS não desembolsará nenhum valor para remuneração do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO

4.1 – O leiloeiro adjudicatário será convocado para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o instrumento do contrato, sob pena de se sujeitar ao pagamento de multa diária de 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento) até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e de decair seu direito à contratação; podendo a CEASAMINAS, nesse caso, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, nos termos dos arts. 64 e 81 da Lei 8.666/93.

4.2 - É vedado à Contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONVENIÊNCIA PÚBLICA

5.1 - O CONTRATADO deverá isentar a CEASAMINAS e todos os seus representantes de processos, ações ou reclamações de qualquer pessoa ou propriedade, como consequência de negligência nas

precauções exigidas no trabalho ou pela utilização de procedimentos inaceitáveis na execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL PELOS SERVIÇOS

6.1 - Nos termos do art. 67, Lei n.º 8.666/93, será designado como fiscal administrativo do Contrato, o(a) Sr(a) Gestor do Departamento Administrativo, e fiscal técnico o Sr(a). Gerente da Seção de Material, Patrimônio e Transporte, esse último se houver, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.1 – O(s) Fiscal(ais) do Contrato será(ão) nomeado(s) através de Portaria de emissão do Diretor Presidente, conforme modelo inserto no edital como anexo.

6.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência dessas, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93.

6.3 - O(s) Fiscal(ais) do Contrato anotará(ao) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

7.1 – A remuneração do Leiloeiro Oficial será de 05% (cinco por cento) sobre o valor de cada bem pertencente à CEASAMINAS que for leiloado, conforme sua proposta comercial vencedora do certame, calculado sobre o valor de cada bem posto à leilão e arrematado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO

8.1 – O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União – DOU, que fica a cargo da CEASAMINAS.

8.2 – No caso da vigência do contrato extrapolar 12 (doze) meses, será corrigido pelo índice IPCA-E/IBGE, ou outro índice oficial que o substituir.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 – À CEASAMINAS não incumbe nenhum pagamento a ser feito ao CONTRATADO, dado que sua

remuneração consubstancia-se apenas no percentual pago pelo ARREMATANTE dos bens leiloados em cada leilão realizado, percentual esse decorrente da proposta comercial vitoriosa no certame.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste edital, a CEASAMINAS poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

10.1.1 – advertência;

10.1.2 – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do Termo de Referência, no caso de inexecução total do objeto pactuado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

10.1.3 – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CEASAMINAS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

10.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a CEASAMINAS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.2 – O descumprimento das demais obrigações estabelecidas no Contrato sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência de fato, sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, limitado a 10% (dez por cento).

10.3 – Ficará impedida de licitar e de contratar com a CEASAMINAS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

10.3.1 – ensejar o retardamento da execução do objeto deste edital;

10.3.2 – não mantiver a proposta, injustificadamente;

10.3.3 – comportar-se de modo inidôneo;

10.3.4 – fizer declaração falsa;

10.3.5 – cometer fraude fiscal; e

10.3.6 – falhar ou fraudar na execução do Contrato.

10.4 – Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CEASAMINAS e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93.

10.5 – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CEASAMINAS, em relação a um dos eventos arrolados neste item, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

10.6 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CEASAMINAS, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º. 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2 – A rescisão do Contrato poderá ser:

11.2.1 – determinada por ato unilateral e escrito da CEASAMINAS, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

11.2.2 – amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CEASAMINAS; ou

11.2.3 – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3 – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4 – Os casos de rescisão do Contrato serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 - A publicação do contrato, sob a forma de extrato, será promovida pela CEASAMINAS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Contagem/MG como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Contagem/MG, 17 de janeiro de 2019.

████████████████████
CEASAMINAS
Diretor Presidente
Guilherme Caldeira Brant

████████████████████
CEASAMINAS
Diretor de Administração e Finanças
Juliano Maquiaveli Cardoso

██
JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA
CPF ***.132.226-**

TESTEMUNHAS:

██
Valter Vagner da Fonseca/CPF ***.163.826.**

██
Mara Virgínia Ferreira/CPF ***.441.826-**

██
Gestora do DEPAD da Ceasaminas
Fiscal administrativo do Contrato/CeasaMinas

██
Gerente da SEMPT da Ceasaminas
Fiscal técnico do Contrato/CeasaMinas